

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 453.536 - MT (2018/0136313-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : LUCAS SILVANI VEIGA REIS E OUTRO
ADVOGADOS : FREDERICO MOURTHE SAVASSI - MG089555
LUCAS SILVANI VEIGA REIS - MG156327
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
PACIENTE : JÚLIO CÉSAR GOMES DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **JÚLIO CÉSAR GOMES DOS SANTOS** contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Consta dos autos que o paciente, por ser detentor de foro especial, foi condenado no Tribunal de origem pela prática do delito descrito no art. 317 do Código Penal, à pena de 4 anos de reclusão, em regime aberto, substituída por duas penas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e multa. O aresto restou assim ementado:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. DESTINAÇÃO DE EMENDA ORÇAMENTÁRIA DIRECIONADA PARA ÁREA DA SAÚDE NO INTUITO DE FAVORECER ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CASO DOS SANGUESSUGAS. PRELIMINARES. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO DELITO DO ART. 286 E 317, AMBOS DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO PELA PENA EM PERSPECTIVA INADMITIDA. DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DE DENÚNCIA REJEITADA. DILIGÊNCIAS PRESCINDÍVEIS PARA O DESLINDE DO CASO. NULIDADE DE OITIVA DE TESTEMUNHA POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA A AUDIÊNCIA DEPRECADA. NULIDADE NÃO CARACTERIZADA. — RENOVAÇÃO DE OITIVA DE INFORMANTE DA ACUSAÇÃO POR SUPOSTA FALHA NA MÍDIA DA RESPECTIVA AUDIÊNCIA. NULIDADE NÃO CARACTERIZADA. PRELIMINARES REJEITADAS. CRIME DO ART. 317 DO CÓDIGO PENAL CORRUPÇÃO PASSIVA. PARLAMENTAR. RECEBIMENTO DE VANTAGEM INDEVIDA PARA PROPOSIÇÃO DE EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS DIRECIONADAS PARA ÁREA DA SAÚDE NO INTUITO DE FAVORECER ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CASO DOS SANGUESSUGAS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ARTIGO 288 DO CÓDIGO PENAL. DELITO DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA NÃO CONFIGURADO. CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO NÃO COMPROVADO NOS AUTOS. DENÚNCIA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. Não há que se falar em prescrição dos delitos do art. 288 e 317, ambos do Código Penal, pois tanto o STF, em repercussão geral na Questão de Ordem no Recurso Extraordinário 602527 QO-RG/RS, quanto o STJ, por intermédio do Enunciado 438 de sua

Superior Tribunal de Justiça

Súmula, entendem que a prescrição em perspectiva, ou projetada, ou virtual da pretensão punitiva não tem previsão legal, sendo inadmissível a extinção da punibilidade com fundamento em pena hipoteticamente alcançável por esta modalidade, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

2. A decisão que recebeu a denúncia, na forma do artigo 396 do CPP, declinou fundamentação adequada e suficiente à caracterização da justa causa para o recebimento da peça inicial. Decisão sucinta não é decisão desprovida de fundamentação.

3. A peça acusatória preenche os requisitos exigidos pelo art. 41 do Código de Processo Penal e contém a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, qualifica o acusado, classifica o crime e traz o rol de testemunhas. Os fatos imputados estão lastreados em elementos probatórios mínimos, suficientes para o regular desenvolvimento da ação penal. A conduta do réu foi individualizada, permitindo o exercício do direito de defesa. Preliminar de inépcia da denúncia rejeitada.

4. Nenhuma ilegalidade se verifica do indeferimento do pedido de diligências finais (art. 10 da Lei n. 8038/90), sobretudo porque o magistrado não está obrigado a realizar todas as provas destinadas a consubstanciar a tese defensiva do réu, inserindo-se a necessidade de realização de diligências no poder discricionário do julgador. Inexistência de ilegalidade em decisão que, de forma fundamentada, indeferiu diligências, cuja realização redundaria em demora na prestação jurisdicional. Hipótese, demais, que a irresignação do réu já foi objeto de apreciação por ocasião do julgamento de agravo regimental, por ele interposto da decisão que rejeitou 52 (cinquenta e duas) diligências requeridas na fase do art. 10 da Lei n. 8038/93.

5. A intimação do advogado de defesa para a respeito da data da audiência de realização de oitiva de testemunha mediante precatória é desnecessária, caso ele tenha sido intimado da expedição do documento. A teor da Súmula STJ nº 273: "Intimada a defesa da expedição de carta precatória, toma-se desnecessária a intimação da data da audiência no juízo deprecado".

6. Cabe ao causídico zelar pelo acompanhamento da diligência junto ao Juízo deprecado, haja vista o caráter itinerante da carta precatória. Hipótese, demais, que a defesa foi intimada tanto da expedição da carta precatória quanto da data de audiência, de modo que a mera antecipação do ato processual, em 1 (um) dia, não implica em nulidade. Preliminar rejeitada.

7. Incogitável desprezar a oitiva do informante da acusação, registrada por mídia, apenas por um trecho inaudível, de 10 (dez) segundos, que não interfere na compreensão do depoimento em questão, o qual, demais, deve ser interpretado de forma sistemática.

8. Materialidade e autoria do delito de corrupção passiva demonstradas pelos documentos juntados aos autos e, ainda, pela prova testemunhai. O réu, na condição de parlamentar, percebeu vantagem indevida paga em virtude de sua atuação na proposição de emendas orçamentárias em benefício de interesse da organização criminosa - Máfias dos Sanguessugas. Provas firmes e seguras quanto aos fatos. Demonstrada a percepção de vantagem indevida a título de comissão para proposição de emendas parlamentares.

9. Inexistindo provas de que o acusado, após o recebimento da vantagem indevida do grupo empresarial da organização criminosa,

tenha praticado outras condutas, não há que se falar em adesão, de sua parte, de forma reiterada, ao esquema criminoso. Não há provas de que existiu o *animus* permanente a caracterizar a sua responsabilidade pelo crime de quadrilha ou bando, na forma como prevista no art. 288 do Código Penal.

10. Não é possível afirmar que os valores depositados na conta de terceiros chegaram ao patrimônio do réu ou foram revertidos em seu favor, tampouco que houvesse qualquer acordo com a organização criminosa no sentido de proceder tal repasse. Diante da fragilidade dos indícios existentes, necessária a absolvição do réu por este crime, com base no princípio *in dubio pro reo*, que tem fundamentação no princípio constitucional da presunção de inocência, segundo o qual se impõe absolvição quando a acusação não lograr provar a prática do crime.

12. Ação penal parcialmente procedente para condenar o réu nas penas do art. 317 do Código Penal e absolvê-lo da imputação da prática dos delitos do art. 288 do CP e do art. 1º da Lei n. 9.613/93." (e-STJ, fls. 102-103).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 160-207).

Do mesmo modo, os recursos especial e extraordinário interpostos não foram admitidos, tendo sido determinada a expedição de Guia de Execução Provisória da Pena, em 1/6/18 (e-STJ, fls. 333-350).

Neste *habeas corpus*, os impetrantes aduzem a inconstitucionalidade da execução provisória da pena, especialmente a restritiva de direitos, e ressaltam que a defesa já interpôs agravos contra as decisões de inadmissão dos recursos especial e extraordinário, os quais ainda não foram juntados aos autos, razão pela qual não há que se falar em trânsito em julgado da condenação.

Alegam, ainda, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva entre o recebimento da denúncia e a publicação do acórdão condenatório.

Pleiteiam, liminarmente e no mérito, que seja revogada a decisão que determinou a execução provisória das penas restritivas de direitos impostas ao paciente, bem como declarada a prescrição da pretensão punitiva.

O pedido de liminar foi deferido para suspender a execução das penas restritivas de direitos impostas ao paciente, até o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*. (e-STJ, fls. 393-396).

Informações prestadas (e-STJ, fls. 419-488)

O Ministério Público Federal ofertou parecer pela concessão da ordem, com o reconhecimento da prescrição pretensão punitiva retroativa.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo de revisão criminal e de recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.

Sobre o tema, sabe-se que a prescrição da pretensão punitiva superveniente tem por referência a pena em concreto, sendo calculada, nos termos do art. 109 do CP, após o trânsito em julgado da condenação e segundo os marcos interruptivos descritos no art. 117 do Código Penal.

Superior Tribunal de Justiça

Destacam-se, por oportuno, os seguintes dispositivos do Código Penal:

"Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se:

I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa

(...).

IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis;

V - pelo início ou continuação do cumprimento da pena;

VI - pela reincidência."

No caso em apreço, o paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 4 anos de reclusão, portanto, aplica-se a disposição do inciso IV do art. 109 do Código Penal, com o prazo prescricional de 8 anos entre os lapsos interruptivos.

Considerando que o recebimento da denúncia ocorreu em **4/6/2009** (e-STJ, fls. 42-44) e a sessão de julgamento do acórdão condenatório foi em **10/5/2017** (e-STJ, fl. 103), verifica-se que entre as datas não transcorreu o lapso temporal de 8 anos, necessário para fins de reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva na hipótese.

A propósito, imperioso ressaltar que "A teor de precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, considera-se publicado o acórdão condenatório na data da realização da sessão pública de julgamento em que exarado aquele julgado, independentemente de quando se dê sua veiculação no Diário da Justiça ou em meio de comunicação congênere." (AgRg no REsp 1284572/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 10/10/2016).

Nesse sentido, confirmam-se:

"Recurso ordinário em habeas corpus. Penal. Prescrição retroativa. Não ocorrência. A prescrição em segundo grau se interrompe na data da sessão de julgamento do recurso, e não na data da publicação do acórdão. Precedentes do Tribunal Pleno. Entendimento pacífico da Corte. Recurso não provido. 1. **Segundo a pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal, "o marco interruptivo do prazo prescricional previsto no artigo 117, IV, do Código Penal, mesmo com a redação que lhe conferiu a Lei 11.596/2007, é o da data da sessão de julgamento"** (AP nº 409/CE-AgR-segundo, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJe de 28/10/13). 2. Recurso ordinário ao qual se nega provimento. (RHC 125078, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 03/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-065 DIVULG 07-04-2015 PUBLIC 08-04-2015, grifou-se)"

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO DO PRAZO. DATA DO JULGAMENTO. PUBLICAÇÃO EM SESSÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

II - A decisão torna-se pública na própria sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, sendo, portanto, despicinda, para fim de interrupção do lapso prescricional, a data em que ocorre a

Superior Tribunal de Justiça

intimação ou a publicação da sentença no órgão da imprensa oficial. Em outros termos, a prescrição recomeça a contar da data do primeiro ato inequívoco de publicidade do decism. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 307.579/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 30/06/2015, DJe 19/08/2015, grifou-se)"

"PENAL. HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. MARCO INTERRUPTIVO. PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO CONDENATÓRIO RECORRÍVEL. ART. 109, INCISO IV, DO CP. DATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO.

[...]

2. Para fins de configuração do marco interruptivo do prazo prescricional, considera-se publicado o acórdão condenatório na data da realização da sessão pública de julgamento em que exarado aquele julgado, independentemente de quando se dê sua veiculação no Diário da Justiça ou meio de comunicação congênere.

[...]

4. Ordem denegada.

(HC 233.594/SP, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 04/08/2014, grifou-se)"

Com efeito, quanto à execução provisória de pena restritiva de direitos, permanecem válidos os termos da decisão liminar (e-STJ, fls. 393-396).

Assim, não há falar em execução provisória de pena restritiva de direitos, tendo em vista que se encontra em pleno vigor o art. 147 da Lei das Execuções Penais (Lei n. 7.210, de 11.07.1984).

Sobre o tema, a 3ª Seção do STJ, apacando divergência que existia entre a 5ª e a 6ª Turmas acerca da matéria, pacificou o tema no âmbito desta Corte, decidindo que **não** se procede à execução provisória de penas restritivas de direitos (ERESP 1.619.087/SC, Rel. p/ o acórdão o Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14.6.2017, DJe de 24.8.2017).

Logo, é necessário o trânsito em julgado da condenação para dar início à execução definitiva das penas restritivas de direitos.

A última informação recebida do Tribunal *a quo*, em 13/9/2018, noticia que a defesa interpôs agravo contra as decisões que inadmitiram os recursos especial e extraordinário interpostos (e-STJ, fl. 424).

Ante o exposto, **não conheço** do *writ*. **Concedo a ordem de ofício** apenas para suspender a execução das penas restritivas de direitos impostas ao paciente, até o trânsito em julgado da condenação.

Comunique-se ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com envio de cópia da decisão.

Publique-se. Intime-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator

